

Jornal: <i>Journal de Angola</i>	N.º <i>11</i>
Data: <i>30. 7. 1979</i>	Loc.

Portugal

O largo caminho de uma crise política

LISBOA, 24 — A dissolução do Parlamento e a convocação de eleições legislativas "intercaladas" decididas pelo presidente da República Portuguesa, António Ramalho Eanes, a 13 de Julho último, foram os pontos mais ressaltantes — ainda que não os últimos — de uma crise política cujos antecedentes remontam há um ano.

Depois da renúncia do primeiro ministro, Mota Pinto, as forças políticas portuguesas envolveram-se na tentativa de obter soluções que pela divergência dos seus interesses se tornaram cada vez mais impossíveis de harmonizar.

A demissão do gabinete de Mota Pinto, em 6 de Junho, foi uma clara manifestação do seu desmembramento incapaz de enfrentar na Assembleia da República moções de censura apresentadas pelos Partidos Socialista e Comunista.

Este "Quarto Governo Constitucional" ganhou o indiscutido qualificativo de representante das correntes mais de direita após o 25 de Abril, desde o derrube do Governo fascista.

Após a sua tomada de posse, em Dezembro de 1978, esta administração desenvolveu entre as suas principais linhas, a entrega de terras aos latifundiários, o que as organizações sindicais e agrárias consideraram uma "contra reforma agrária".

Tais atitudes foram alvo de uma ampla repulsa popular, principalmente marcadas com grandes manifestações em todo o país, onde foram denunciadas as intenções do

Ministério da Agricultura e Pescas de "proteger os latifundiários".

Outros passos entretanto já haviam sido dados pelo "Terceiro Governo Constitucional" dirigido por Nobre da Costa, que funcionou durante cerca de três meses, apesar de não ter conseguido a aprovação do Parlamento.

Desde Agosto de 78, a instabilidade política uniu-se a outros elementos que afectaram grande parte dos portugueses com o aumento do custo de vida de mais de 24% num ano, um bloqueamento nos salários e um crescente desemprego.

O país transitou assim por um caminho complexo até meados deste ano durante o qual os partidos parlamentares não conseguiram concretizar as alianças maioritárias necessárias para sustentar um quinto Governo decidido a dissolver a Assembleia.

Ao anunciar a sua decisão, Ramalho Eanes explicou que um novo gabinete de "gestão" administrará os assuntos normais do Estado até à realização de eleições legislativas.

Tais eleições, a efectuar dentro de três meses, são denominadas "intercaladas", pois não poderão substituir as que se realizarão em 1980, quando termina o período para que foi escolhida esta Assembleia.

No seu discurso, Ramalho Eanes deixou claro que os deputados a eleger agora, carecerão de poderes para poder realizar uma revisão constitucional, que a própria lei fundamental confere ao Parlamento que

será integrado no próximo ano.

A reiteração do respeito pela Constituição causou desagrado ao PSD e CDS que aspiravam a que o próximo Parlamento intermédio, pudesse mudar "as linhas de esquerda" que o documento contém.

Ambas as organizações, juntamente com o minoritário Partido Popular Monárquico num bloco eleitoral de direita, pediam igualmente que as eleições intercalares substituíssem as de 1980, aspecto de igual modo recusado pelo presidente.

Em 19 de Julho, Ramalho Eanes indicou como primeiro ministro Maria de Lurdes Pintassilgo, embaixatriz de Portugal nas Nações Unidas para a UNESCO, da qual era membro permanente do executivo.

Conhecida nos meios culturais e diplomáticos portugueses, o seu nome havia já figurado anteriormente entre os candidatos para dirigir o terceiro e quarto governos.

A categoria da "indicada" para primeiro ministro é um passo seguro para a sua nomeação definitiva, antes do que irá organizar o Conselho de Ministros, que será aprovado pelo Chefe de Estado, situação que Lurdes Pintassilgo pretende concretizar nos fins deste mês.

Esta nomeação despertou desde logo uma série de

ataques por parte do bloco da direita que criticou Lurdes Pintassilgo pelas suas posições "terceiro mundistas" e afins ao socialismo, que, segundo afirmam manteve durante os três anos de permanência na UNESCO.

Por seu lado o PCP comentou que o gabinete de gestão deve ter as características indicadas pelo Presidente da República que o definiu como "gerador de garantias de independência e neutralidade" durante o período que mediar, até às eleições.

O Secretário geral do PS Mário Soares, considerou o primeiro ministro como capaz de assegurar "um governo neutral", mas sem precisar a posição que assumirá o seu Partido na Assembleia, que deverá aprovar o gabinete e o seu programa.

Nos meios jornalísticos locais, considera-se que apesar das fortes críticas dos sociais democratas e centristas ao perfil político de Lurdes Pintassilgo, esses mesmos partidos não irão apresentar nenhuma moção de recusa, pois uma decisão desfavorável ao gabinete retardaria e faria até perigar as eleições.

Os próximos passos fundamentais ficam pois nas mãos dos partidos políticos, tanto no que se refere a análise e votação do novo programa governamental como na campanha eleitoral que parece já ter começado.